

O EDUCADOR SOCIAL E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL - A OFICINA PROTAGONISMO, DIREITOS E CIDADANIA DA PESSOA IDOSA

Cláudio Alves de Melo¹

RESUMO

O presente artigo é resultado da sistematização da prática do Educador Social na Oficina "Protagonismo, Direitos e Cidadania da Pessoa Idosa", realizada no Projeto Social Polar(Idades). O início deste trabalho se dá com uma breve apresentação do "Perfil da População Alvo". Em seguida busca caracterizar o principal objetivo da Oficina em questão e a metodologia utilizada. Nossa intenção é de levantar uma discussão teórica tanto sobre o trabalho social - a Oficina - que busca estimular e desencadear entre seus participantes processos de participação política, quanto sobre o processo de aprendizagem da "Educação Não Formal", possível gerador de sujeitos sociais capazes de atuarem na dinâmica decisória individual e coletiva de suas vidas.

Palavras-chave: Oficina; Pessoas idosas; Educação Não-Formal.

1 - A Oficina e os Seus Participantes

Este artigo foi produzido a partir da participação deste autor utilizando-se da pesquisa participante na Oficina "Protagonismo, Direitos e Cidadania da Pessoa Idosa" realizada quinzenalmente no "Projeto Social Polar(Idades)". O autor participa ativamente como: Assistente Social/Educador Social - Coordenador/Pesquisador (2019). Assim, este artigo, além das obras que o balizam, algumas com citações e referências no decorrer do mesmo, fundamenta-se, também, na experiência ativa do autor na oficina.

¹ Assistente Social/Psicopedagogo – Bacharel em Serviço Social e Pós-graduado em Psicopedagogia. Pesquisador Independente. Coordenador do Projeto Social Polar(Idades). Graduando em Pedagogia. Residente Pedagógico. Emails: claudiomelo@ymail.com ou falecomclaudiomelo@gmail.com .

O início deste artigo se dá com uma breve apresentação do “Perfil da População Alvo - Idosos Participantes da Oficina”, dos quais, cerca de 40 participantes frequentam assiduamente a Oficina "Protagonismo, Direitos e Cidadania da Pessoa Idosa".

As mulheres são maioria na composição de participantes da Oficina. Um dado relevante que pode explicar este fato são os relatos das idosas que afirmam procurar tais espaços depois que ficam viúvas, quando são dispensadas do trabalho doméstico, quando os filhos ficam independentes, etc. Já os idosos encontram dificuldades para refazerem seus projetos pessoais na velhice de forma que sejam produtivos e socialmente úteis.

Em relação ao número de idosos, considerando sua faixa-etária entre 70-79 anos, tanto homens quanto mulheres, destacamos que estes são totalmente independentes para a realização das atividades básicas do cotidiano diário de suas vidas e também das atividades propostas pela Oficina. Não podemos deixar de considerar que os mesmos possuem em sua maioria baixo nível socioeconômico e de instrução.

Outro dado relevante é que os idosos pertencentes a faixa-etária entre 60-69 anos possuem certa resistência de se reconhecerem como pessoas idosas e de se pertencerem ao segmento social da pessoa idosa. A sistematização dos dados aponta que os participantes da oficina residem na Cidade de São Gonçalo/RJ.

A Oficina "Protagonismo, Direitos e Cidadania da Pessoa Idosa", se insere no "Projeto Social Polar(Idades)", voltado para o segmento social da pessoa idosa, com a intenção de realizar um trabalho social que busca estimular e desencadear entre seus participantes processos de participação política. A Oficina desenvolve-se por meio de atividades realizadas por um profissional de Psicopedagogia e de Serviço Social que compreendem: encontros temáticos; grupo de debates reflexivo-orientativo sobre aposentadoria, previdência, saúde, violência, violação de direitos, entre outros; dinâmicas de grupo; e lazer dirigido, o qual se desenvolve numa perspectiva tripla: educação - serviço social - cultura. Todas essas atividades são construídas e orientadas seguindo técnicas, instrumentos e recursos teórico-metodológicos multidisciplinares (Psicopedagogia + Serviço Social).

Na Oficina, os trabalhos são desenvolvidos em torno do "Imagário

Social" do ser velho, que é representado simbolicamente na sociedade capitalista por ideias e visões preconceituosas e discriminatórias que acreditam e reproduzem a condicionalidade da pessoa idosa como um ser inapto e dependente, desprovido de anseios, desejos e vontades. Apesar dos avanços em relação a atenção e proteção da pessoa idosa, continua perceptível nas relações sociais os determinantes sócio-econômico-ideológicos, que geram e fomentam uma sensação de não reconhecimento como sujeito social e não pertencimento social por parte da pessoa idosa. O não reconhecimento e o não pertencimento se concretizam em comportamentos e atitudes de acomodação e conformismo, à espera de um milagre ou da morte.

Essa rápida reflexão pode ser notada no pensamento e na fala dos idosos e idosas que participam da oficina. Vejamos, por meio do discurso de um deles em conversas informais: "Para nós o que importa é o agora, o hoje, não sei se estarei vivo amanhã ou daqui a pouco, então, nossa previsão de futuro é muito curta, não temos tempo para esperar, precisamos é 'viver' tudo intensamente e a cada minuto" (M.H., 68 anos).

Na corrida contra o tempo, a pessoa idosa passa a viver intensamente no sentido apenas de "aproveitar a vida e o tempo" que lhes resta. Daí, parte dos idosos buscam participar das mais diversas ações voltadas para a pessoa idosa, em especial aquelas que desenvolvem atividades direcionadas a diversão, ao entretenimento e ao lazer. Nossa intenção aqui, não é desqualificar ou desvalorizar tais ações desenvolvidas por instituições públicas ou privadas, porém acreditamos que a promoção de atividades preocupadas com a diversão pela diversão, entretenimento pelo entretenimento e lazer pelo lazer, não dota seus participantes de percepção crítica com aspecto educativo e organizativo, promovendo um processo de aprendizagem político-participativo, o qual busca dar condições reais de leitura da realidade proporcionando sua transformação.

Por isso, o principal objetivo da Oficina "Protagonismo, Direitos e Cidadania da Pessoa Idosa" é desenvolver estudos e intervenção sobre a questão da pessoa idosa e o envelhecimento, a partir de um campo de extensão, tendo como base processos capazes de problematizar e desencadear a participação social política da pessoa idosa no enfrentamento de suas realidades e na organização e luta por dignidade, direitos e garantias

sociais, visando construir alternativas de atividades balizadas na perspectiva histórica e participativa, geradora de novas possibilidades.

Metodologicamente, frente à diversidade e multiplicidade dos fatores que determinam as questões inerentes à pessoa idosa, a Oficina traz como possibilidades um processo de aprendizagem interventivo-reflexivo, articulando-o com a perspectiva política de participação social, primando por uma organização e ação protagonistas da pessoa idosa no enfrentamento de suas realidades individuais e/ou coletivas, em dois momentos:

- Primeiro: aproximação, apreensão, desvendamento e intervenção sobre os fenômenos destacados na abordagem feita sobre a questão da pessoa idosa e o envelhecimento, no desenvolvimento de processos investigativos e de ação sobre as atuais demandas emergenciais e potenciais nesse campo.
- Segundo: propõe-se analisar as problemáticas da pessoa idosa e seus determinantes frente ao Estado e as instituições, no que se refere a leitura das políticas sociais e públicas direcionadas a população idosa. Dessa maneira, atentamos as relações e representações sociais, primando por levar ao caminho da participação política da pessoa idosa, frequentadora da Oficina.

A partir, desses dois momentos que buscamos alcançar novas possibilidades de participação política, levando em consideração as tentativas de organização social, de defesa dos direitos humanos e sociais, etc. Assim sendo, vislumbramos a possibilidade de fomentar um processo de aprendizagem sócio-educativo que seja capaz de tornar a pessoa idosa, participante da oficina, protagonista da sua própria história.

Na tentativa de direcionar melhor a metodologia aplicada, tornando-a capaz de contemplar a participação plena da pessoa idosa frequentadora da Oficina, diante da diversidade de temas e assuntos pertinentes e relevantes da gerontologia, colocamos como possibilidades do processo metodológico:

- Reuniões semanais com as pessoas idosas frequentadoras da oficina para debate, orientação, informação e esclarecimentos sobre questões sociais encontradas no cotidiano individual e coletivo da pessoa idosa; além de atualizar conhecimentos, articular interesses individuais e coletivos, formular e elaborar temáticas para os encontros, entre outros.

- Entrevistas sociais, abertas e fechadas com os usuários frequentadores da oficina com o objetivo de apreender melhor os condicionantes das situações individuais e coletivas vividas por eles, tais como: diálogos e discursos, realidade social, rede de relações sociais, histórico familiar, trabalhista e de saúde.
- Organização de atividades que contemplem as áreas: social, educativa, cultural, recreativa e de lazer; que proporcionem diversão e entretenimento, mas sem perder de vista o real objetivo da Oficina, que é criar um processo de aprendizagem que gere um sujeito social crítico, reflexivo e participativo.

Enfim, com o desenvolvimento da Oficina "Protagonismo, Direitos e Cidadania da Pessoa Idosa" pretendemos estimular em seus participantes a possibilidade da construção de um sujeito social histórico, que vivencie relações sociais de interesses coletivos, decididos e compartilhados a partir de um processo de aprendizagem dinamicamente desenvolvido por debates, escolhas, decisões, organizações e ações; elementos básicos e inerentes à participação política e social de qualquer sujeito social, no caso aqui, da pessoa idosa.

2 - A Educação Não Formal Para Pessoas Idosas

As expressões sociais da questão social que giram em torno da população idosa vêm se tornando alvo de vários setores da sociedade nas últimas décadas e está vinculado, especialmente, aos indicativos demográficos que afirmam que a população idosa no Brasil não para de crescer, pois em 2010 chegamos aos 21 milhões de pessoas idosas (IBGE, Censo 2010); em 2030 a previsão é de que teremos 30 milhões, podendo chegar em 2050 à 50 milhões. Em fim, surge gradualmente uma imensa população de pessoas idosas, cheias de esperança, com sede de justiça, direitos e novas experiências.

Esse crescimento vem chamando a atenção da sociedade brasileira, bem como se torna preocupação social, por parte de instituições públicas, privadas e do terceiro setor, nas mais variadas subáreas do âmbito social - hospitalar, asilar, promocional, previdenciária, assistencial, etc. - porém uma

dessas subáreas se evidencia, a "Educação para Pessoas Idosas", a qual deve ser vista, como um direito, sendo amparada pela legislação, que garante: "O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, [...]". (Estatuto do Idoso, 2003: Art. 20).

Porém, infelizmente as instituições públicas, privadas e do terceiro setor de caráter social, em geral, que implantam e implementam ações sociais como possibilidades de atender e suprir as necessidades da pessoa idosa, não contemplam em suas ações uma dimensão sócio-político-educativa, ou seja, não privilegiam uma reflexão crítica sobre a realidade de seus participantes como processo na construção da cidadania emancipatória. Desse modo, não debatem ou sugerem novas possibilidades de enfrentamento dos problemas vivenciados no cotidiano da população idosa.

Nessas ações, conforme a divulgação da natureza de muitas delas, percebemos que a participação da pessoa idosa usuária se desenvolve de maneira exclusivamente funcional, definindo-se na ocupação de tempo ocioso. Na grande maioria, não possibilitam as necessárias reflexões sobre os processos sociais que negam a história e a memória da pessoa idosa. Portanto, não estimulam o aparecimento de novas possibilidades de transformação da realidade social em que vivem os idosos usuários. Diferentemente, Mészáros (2008) defende a ideia de que a educação, mesmo para o segmento social idoso (grifo nosso) seja desenvolvida de maneira contínua e permanente, com práticas educacionais que transformem os educadores e educandos (pessoas idosas) em sujeitos políticos, que pensam e agem autonomamente, caso contrário, acredita ele que não seja educação.

O maior e atual exemplo que podemos dar em termos de ações educativas voltadas para a população idosa são as UNATI's. Peres (2007) conta que o SESC foi quem trouxe a ideia das Universidades Abertas da Terceira Idade (UNATI), na década de 1970. As UNATI's existentes no Brasil basicamente propõem uma educação voltada exclusivamente para a pessoa idosa. As UNATI's estão vinculadas a várias universidades públicas federais e estaduais desenvolvendo cursos direcionados especialmente para o segmento social idoso, disponibilizando diversas disciplinas que compreendem as múltiplas áreas de ciências humanas, ciências exatas e ciências biológicas. Peres (2007) informa que as UNATI's foram inspiradas em experiências

realizadas na França, que acabaram atingindo especialmente idosos aposentados oriundos da classe média e alguns da classe alta, numa proporção de maior número de idosos. Seu objetivo não é fornecer trabalhadores aptos, funcionais e disciplinados para o mercado de trabalho, fato que às vezes faz diferenciar da educação tradicional que visa tão somente profissionalizar e especializar os indivíduos.

Entretanto, as UNATI's em nossa visão não possuem como objetivo desenvolver um processo de aprendizagem que leve a pessoa idosa a refletir sobre a realidade em que vive de maneira crítico-reflexiva. Pois, Debert (1997) afirma que as UNATI's são as maiores difusoras da ideia do envelhecimento saudável, ativo, que nega a velhice e busca o rejuvenescimento, entre outros. Mézáros (2008) racionaliza a questão da seguinte maneira:

Simultaneamente, ela exclui a esmagadora maioria [...] do âmbito da ação como sujeitos, e condena-os, para sempre, a serem apenas considerados como objetos (e manipulados no mesmo sentido), [...] (MÉSZÁROS, 2008: p. 49).

Então, podemos dizer que provavelmente, na essência das ideias fundamentadoras da "Terceira Idade" difundidas nos trabalhos realizados pelas UNATI's, o principal objetivo é a promoção da manutenção da ordem societária burguesa vigente entre a população idosa. Infelizmente, é através da educação formal burguesa que a estratégia manipuladora e disciplinadora se materializa, isto é, quando se definem um tipo de conhecimento para os que desempenharão o papel de "sujeito líder" (opressor), e um outro tipo de conhecimento radicalmente diferente para o "sujeito simples" (dominados).

De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda [...] para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização [...]. (MÉSZÁROS, 2008: p. 55).

Portanto, baseando-se nas experiências acumuladas do autor deste artigo, em trabalhos frente à população idosa, e nos referenciais teóricos aqui utilizados, afirmamos que as pessoas idosas necessitam serem estimuladas por um tipo de educação que favoreça o desenvolvimento de um processo de

aprendizagem gerador de sujeitos sociais capazes de atuarem na dinâmica decisória, reconhecendo-se como sujeito político, consciente e crítico. Gohn (2006) argumenta que precisamos:

Construir cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro e preocupados com o universal e não com particularismos, e retomar as utopias e priorizar a mobilização e a participação da comunidade educativa na construção de novas agendas. Essas agendas devem contemplar projetos emancipatórios que tenham como prioridade a mudança social, qualifiquem seu sentido e significado, pensem alternativas para um novo modelo econômico não excludente que contemple valores de uma sociedade em que o ser humano é centro das atenções e não o lucro, o mercado, o status político e social, o poder em suma. A educação não formal é um campo valioso na construção daquelas agendas, e para dar sentido e significado às próprias lutas no campo da educação visando à transformação da realidade social. (GOHN, 2006: p. 37).

Gohn (2006) vem propor a “Educação Não Formal” como forma possível de emancipação política do sujeito, inclusive da pessoa idosa. Ela afirma que é necessário em primeiro lugar diferenciar a conceituação dos termos: educação formal, educação informal e educação não formal. Para a Autora existem esses três campos conceituais distintos. São eles:

- Educação Formal – desenvolvida nos colégios e universidades, possui caráter conteudista. São processos de aprendizagens sistematizados e normatizados legalmente. Seu único objetivo é de formar indivíduos disciplinados com características funcionais, especialmente para o mercado de trabalho.
- Educação Informal – é um processo de aprendizagem que acontece no cotidiano do indivíduo durante sua socialização na família, bairro, igreja, entre outros. Neste processo os indivíduos, adquirem hábitos, atitudes, modos de pensar, agir e sentir segundo valores e credos pré-definidos por um corpo social.
- Educação Não Formal – é um processo de aprendizagem adquirido nas experiências coletivas, especialmente em lugares que são desenvolvidas ações coletivas. Subjetivamente capacita o indivíduo para entender sua realidade e suas relações sociais, transformando o indivíduo em sujeito social. Seus objetivos não são dados e, sim

construídos de acordo com as demandas dos participantes que podem ser individuais ou coletivas.

Como podemos ver, para Gohn (2006) os espaços físicos territoriais, a forma de educar, a situação e o contexto em que são desenvolvidos os processos educacionais, vão demarcar e identificar as diferenças de cada tipo de educação.

De acordo com a estudiosa a "Educação Não Formal" em momento nenhum toma o lugar da educação formal conteudista, na verdade, a complementa, pois além de formar um cidadão, ela emancipa-o. Assim sendo, acreditamos que a "Educação Não Formal" é um processo subjetivo de aprendizagem que muda mentes, valores e formas de pensar a realidade. Uma mudança que cria saberes não só normativos, mas também saberes que orientam as práticas sociais as quais podemos chamar de participação política de coletivos - formada de sujeitos diferentes com objetivos iguais, como afirma Gohn (2006).

De Melo (2012), diz que as pessoas idosas podem por meio do processo de aprendizagem da "Educação Não Formal" ser estimuladas subjetivamente a adotarem a perspectiva de sujeito social, apontada por Dagnino (2004). Para Dagnino (2004) *apud* De Melo (2012, p. 26), "sujeito social" é aquele que busca, reflete e luta ativamente por direitos sociais, numa perspectiva coletiva, diferentemente do cidadão liberal, que está ligado a uma perspectiva de individualidade. Segundo a autora, ser cidadão na perspectiva do capital é quando o indivíduo possui direitos regulados pelo Estado configurando a cidadania regulada ou liberal. Já o "sujeito social" possui direitos que são construídos coletivamente nos espaços de participação política e controle social.

Porém, o indivíduo não se transforma em "sujeito social" de forma imediata, visto que, só é capaz de reconhecer-se como "sujeito social" quando passar a refletir criticamente sobre sua própria realidade em que vive e se colocar como sujeito histórico, ativo, com limites e possibilidades a partir do seu tempo.

Acreditamos que o processo de aprendizagem gerado pela "Educação Não Formal" vai formar subjetivamente "sujeitos sociais" idosos capazes de produzir no real, ou seja, um processo de aprendizagem com uma consciência

que flutua entre o plano e a realização, com limites e possibilidades que pode intervir na transformação da realidade e existência. Sendo assim, podemos dizer que a formação do "sujeito social" idoso se dá pela indagação do real, concretizando sua realização de forma ativa, reflexiva e crítica.

Então os "sujeitos sociais" passam a agir social e historicamente, isto é, sujeitos concretos, históricos, realizadores e multiplicadores de atividades práticas com formas definidas como relações sociais necessárias. Desse modo, a prática intencional agrega-se em outras diversas práticas, gerando saberes que não faziam parte da consciência do sujeito enquanto indivíduo. Portanto, o processo subjetivo de aprendizagem da "Educação Não Formal" poderá alcançar resultados além dos esperados, ou seja, resultados que a princípio não estavam projetados na consciência do sujeito.

Com isso, a "Educação Não Formal", poderá ressuscitar no indivíduo a concepção de homem histórico, ou seja, um sujeito social histórico, que significa um ser que pensa, age e sente de maneira crítica e autônoma. Um sujeito que se produz e reproduz-se no mundo autoconscientemente e historicamente, pois, a transformação das condições da sua existência como homem se determinará pela sua prática. Portanto, de indivíduo, o homem passa a ser "sujeito social", aquele que se manifesta na intervenção de sua própria realidade transformando-a. Neste sentido, podemos dizer que as decisões e escolhas humanas deixam de ser meras ilusões.

Caso contrário, continuaremos produzindo e reproduzindo em meio a tantas contradições sociais a orientação da educação padrão da ordem dirigente essencialmente comprometida com o capital, uma educação com tendência geral ao formalismo tecnocrático, formadora de indivíduos abstratos, realizadores de práticas que interiorizam o modo de produção capitalista, em todas as dimensões da vida intelectual e social. Dessa forma, o capital é quem dirige a educação, fazendo com que consensualmente as formas metodológicas de pensar a realidade sejam sempre ligadas à reprodução do capital, colocando os indivíduos em posições sociais de "dominados conformados", tornando-os "alienados", "individualistas" e "egocêntricos", pois:

O estudantinho que sabe um pouco de latim e de história, o rábula que conseguiu obter um diploma graças à

irresponsabilidade e à desatenção dos professores acreditam ser diferentes, superiores até mesmo ao melhor operário qualificado [...]. Mas isso não é cultura, é pedantismo; não é inteligência, mas intelectualismo. (BUTTIGIEG, 2003: p. 44).

Contra-pondo-se a lógica acima, o processo subjetivo de aprendizagem da "Educação Não Formal", pode ser uma possibilidade de trazer de volta a concepção de educação preocupada com o desenvolvimento contínuo de uma consciência emancipatória, diminuindo os efeitos do impacto da alienação e sujeição do capital, levando a sociedade a uma possível nova alternativa de estrutura social.

É justamente neste sentido que os Educadores Sociais que desenvolvem ações sócio-educativas com pessoas idosas podem e devem trabalhar. Pois, o Educador Social pedagogicamente poderá contrapor-se a totalidade do capital, constituído por:

1) produção de mercadorias; 2) produção de classes, ou seja, de relações sociais desiguais que terminam por se tornar opostas; 3) produção de formas da consciência moral, enquanto princípios de visão do mundo. (FINELLI, 2003: p. 101).

Neste contexto o trabalho do Educador Social está inserido dentro de uma proposta de articulação de saberes e práticas estratégicas,

[...] apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2008: p. 65).

Assim sendo, o Educador Social estrategicamente vai contra, a maneira eficaz do sistema educacional capitalista de esconder sutilmente as diferenças sociais dadas e postas pela acumulação do capital através da apropriação privada dos meios de produção. É possível que se não forem estimulados e desenvolvidos nos espaços de educação social, processos educacionais emancipatórios de enfrentamento dos processos hegemônicos e de identidades de classe, o indivíduo de maneira cada vez mais intensa será

tratado como um ser abstrato, distanciado de sua condição de "sujeito social", legitimando assim a manutenção da concepção liberal de educação, vista e considerada apenas no âmbito funcional e disciplinador.

Por isso, o Educador Social pode e deve definir seus espaços de atuação, como espaços históricos de atuação estratégica desafiando a lógica do capital levando a educação, à muito mais "além do capital". Assim, acreditamos que o processo subjetivo de aprendizagem da "Educação Não Formal" direcionada à participação política, pode ser uma proposta estratégica que liberte as pessoas idosas das amarras das ilusões do capitalismo, lhes proporcionando condições de pensar e entender criticamente suas realidades e a sua razão de existência. Sendo assim, as pessoas idosas passam a ser protagonistas de suas próprias histórias.

PESSOAS IDOSAS - PROTAGONISTAS POLÍTICOS PARA QUÊ?

Observa-se historicamente que, a partir das duas últimas décadas do século XX, principalmente com a nova Constituição Federal de 1988, inicia-se uma nova era de direitos para os cidadãos brasileiros, inclusive para os cidadãos idosos. A partir daí, os movimentos sociais do segmento idoso mobilizaram-se nacionalmente em prol da luta pela visibilidade a estes “novos direitos” tornando as pessoas idosas e seus representantes mais evidentes na arena política.

Esta mobilização pressionou o sistema político a redefinir suas agendas políticas. Os segmentos sociais, como no caso da população idosa, que ainda era vista como “improdutiva” ou “inativa”, e seus representantes passaram a reivindicar sua inserção como legítimos demandatários de serviços e políticas, principalmente nos serviços específicos de assistência social, saúde e previdência, diante da nova visão de seguridade social consolidada pela Constituição de 1988 e da possibilidade de melhoria da renda na aposentadoria e pensões.

A partir daí, entende-se a necessidade de discutir como o segmento social da pessoa idosa, pode e deve se inserir nos movimentos sociais, na pauta de luta por políticas e na defesa de direitos e de como produzem um

novo modo de construção da cidadania tornando-a viva para os segmentos que dela sempre estiveram "apartados" ou "sobreviventes" às filantropias ou às mínimas políticas de "proteção social" (ABREU, 2008).

Esta concepção parte do pressuposto que estas ações são atravessadas por significativos paradoxos. Ao mesmo tempo em que se constituem como novas possibilidades para a implementação de direitos, ainda são fomentadas pela racionalidade da ideologia burguesa do favor e da tutela em práticas inscritas no escopo das ações assistencialistas, fragmentadas. Desta forma, a relação entre este grupo de interesse ocorre pela busca de compreensão sobre qual tem sido o grau de participação social e protagonismo na luta por direitos e nos movimentos sociais, no redesenho de programas e projetos governamentais, não governamentais e articulados por iniciativas do próprio movimento.

Diante desses paradoxos, pensamos ser necessário: 1º) Estimular o segmento social da pessoa idosa a envolver-se em práticas de participação política em seus espaços públicos, a saber: fóruns, conselhos e conferências; 2º) Dar visibilidade a experiências que constituam novos princípios ético-participativos dos movimentos sociais e urbanos; 3º) Demonstrar como o Educador Social pode dialogar com tais movimentos.

Nossa visão coloca em evidência as possibilidades abertas existentes no campo democrático que tragam reflexões sobre novas condições de lutas, conflitos e negociações de direitos sociais no contexto macro econômico (Dagnino: 2004) numa perspectiva de rupturas e de construção de processos contra hegemônicos tendo iniciativas micro societárias como foco de interesse e de ação, visto que:

As organizações populares precisam reagir em face das fortes pressões em favor de sua 'domesticação', de seu enquadramento nos limites de uma 'governabilidade' entendida basicamente como um sistema em que as classes subalternas podem exercer sua liberdade de organização e mobilização, mas desde que se abstenham de tudo aquilo que possa perturbar as relações de poder existentes. (CAMPIONE, 2003: p. 61).

Desta forma, acreditamos na atuação das pessoas idosas como participantes ativos e, por que não como lideranças autônomas dos espaços

públicos e movimentos sociais sobre os processos de organização, legitimidade e representatividade capazes de fundamentar a escolha de suas representações nos espaços públicos e movimentos sociais da pessoa idosa, e sobre os processos decisórios e deliberativos que envolvam os diferentes espaços públicos, conferindo-lhes atividades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas setoriais e/ou intersetoriais na área da velhice.

ENCERRAMENTO

Iniciamos nossa conclusão com esta célebre frase de Paracelso, para caracterizar os protagonistas do nosso trabalho - pessoas idosas participantes da Oficina "Protagonismo - Direitos e Cidadania da Pessoa Idosa" - pois são para elas que trabalhamos, propondo-lhes possibilidades de uma velhice, além de ativa e saudável, também participativa.

Nesta Oficina, a qual faz parte de um projeto social, que se articula com a pesquisa e ensino, atuamos de forma direta, sócio educacionalmente com as pessoas idosas participantes procurando estimulá-las a práticas de participação desde o planejamento, organização, avaliação, decisão e, inclusive, algumas vezes, em coordenações de atividades na realização da oficina. O trabalho desenvolvido nesta Oficina busca apreender como os idosos se relacionam com os direitos, em especial, os direitos da pessoa idosa, de como apreendem sua participação nas políticas voltadas para o segmento e o exercício da cidadania de maneira ampliada, uma vez que a pretensão dos nossos trabalhos visa estimular os idosos participantes a refletirem sobre as questões da cidadania, a realidade social e do envelhecimento humano, bem como, discutir e construir caminhos para participação política e social, mostrando-lhes que é possível continuar aprendendo sempre, apesar do processo de envelhecimento.

Quando nos aposentamos, temos a sensação que a vida acabou. Não é verdade! Aposentamo-nos para o trabalho de mercado, não para a vida, não para a participação, não para as decisões. A pessoa idosa pode e deve continuar a decidir sobre sua própria vida, anseios e desejos. Podemos e devemos como pessoas idosas exigir respeito, reconhecimento e

pertencimento social.

Provavelmente, as idéias que difundimos no decorrer do nosso trabalho poderão ser consideradas uma pretensa quebra de paradigmas, porém acreditamos que seja possível construir uma sociedade constituída por "sujeitos sociais" verdadeiramente autônomos, não importando etnia, credo, opção sexual, classe social, e principalmente idade, sem métodos balizados no arbitrarismo, autoritarismo e formalismo.

No que diz respeito aos direitos do segmento social da pessoa idosa, organização sociopolítica, implantação de políticas públicas e grau de cidadania, observa-se no cotidiano e na participação em espaços públicos de defesa de direitos da pessoa idosa em todos os níveis – nacional - estaduais e municipais - no como as pessoas chegam aos 60 anos e mais, sem informação, desconhecendo seus verdadeiros direitos e de como garanti-los ou ampliá-los. Esse desconhecimento se dá na (in)compreensão da dimensão da cidadania que reflete no comportamento e ação das pessoas, expressando o nível de desconhecimento dos direitos, pela deficiência da informação e divulgação quanto da própria cultura política tradicional e da educação que não estimula o interesse por essa área dos direitos humanos e sociais.

Portanto, defendemos a idéia de estimular as pessoas idosas, por meio de um processo de aprendizagem a tornarem-se mais preparadas para lutarem politicamente na defesa de direitos, na organização sócio-política e na construção da cidadania emancipatória apontada por Abreu (2008). Além de incentivá-las a ocuparem a posição de lideranças nos espaços públicos e movimentos sociais tornando-os mais aptos para a realização por meio de experiências coletivas na leitura dos processos democráticos de participação social e no protagonismo dos sujeitos sociais (pessoas idosas atuantes) e suas representações.

Caso contrário, em particular a Constituição Federal de 1988 e as duas principais legislações voltadas para o segmento social da pessoa idosa: a Lei Nº 8842/94 que implanta a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso e a Lei Nº 10741/03 que sanciona o Estatuto do Idoso, continuarão a serem pouco difundidas e socializadas para a população idosa e, também para a população em geral. Da mesma forma os demais direitos humanos, sociais e políticos e de outras naturezas, continuarão a

permanecerem desconhecidos pelas próprias pessoas idosas e de como elas mesmas podem atuar para defendê-los e usá-los.

Por isso, como Educadores Sociais, prezamos por um trabalho sócio-educativo diferenciado, atrativo e interessante para a pessoa idosa participante, pois a nossa Oficina tem que disputar com outras opções de ações sociais que a sociedade dispõe para o segmento social idoso, com a prerrogativa da idéia da "terceira idade" saudável e ativa.

O Educador Social utilizando-se da dimensão sócio-pedagógica de sua ação pode e deve construir junto com os participantes idosos, formas de lidar com os entraves e criar soluções políticas nas quais o segmento social idoso convive atualmente da seguinte maneira:

1º - Refletindo sobre as condições de inserção do Educador Social na ordem capitalista constituída compreendendo a maneira pela qual consolida sua intervenção na realidade;

2º - Discutindo sobre a importância da participação política. Levando-os a sentir a necessidade de seguirem uma perspectiva emancipatória, dando a eles mais autonomia para lutar pelos seus interesses e direitos enquanto parte integrante da sociedade;

3º - Promovendo a conscientização do papel transformador, pelo qual as pessoas idosas poderão de fato discutir, opinar e participar na construção de uma sociedade mais justa, transformando-as em sujeitos sociais.

No entanto, "Não devo julgar-me, como profissional, 'habitante' de um mundo estranho, mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos ignorantes e incapazes". (FREIRE, 1979: P. 10). Pois sabemos que o trabalho do Educador Social na área da educação para idosos se confronta com essas questões, porém entendemos que não seremos nós que resolveremos esses problemas, apesar de haver expectativas que isso aconteça.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos. Cidadania e hegemonia no mundo moderno.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

BUTTIGIEG, Joseph A. **Educação e hegemonia.** In Coutinho, Carlos Nelson (Org); Teixeira, Andréia de Paula (Org). *Ler Gramsci, entender a realidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPIONE, Daniel. **Hegemonia e Contra-Hegemonia na América Latina.** In Coutinho, Carlos Nelson (Org); Teixeira, Andréia de Paula (Org). *Ler Gramsci, entender a realidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** Em Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización.* Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. PP. 95-110.

DE MELO, Cláudio Alves. **Idosos - Da Educ(ação) à Particip(ação) - Um Estudo reflexivo sobre o CEDEPI-RJ e o FórumPNEI-RJ.** In: Caderno Geração: Gerontologia/Associação Nacional de Gerontologia - Seção Rio de Janeiro - Ano I, nº 2 - Rio de Janeiro, 2012. P. 17-35.

Estatuto do Idoso. Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.130 de 07 de julho de 2003.

FINELLI, Roberto. **O "pós-moderno": verdade do "moderno".** In Coutinho, Carlos Nelson (Org); Teixeira, Andréia de Paula (Org). *Ler Gramsci, entender a realidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 12ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** In: *Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.,* Rio de Janeiro, v. 14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

PARACELSO. **Selected Writings.** Por Routledge & Kegan Paul. Londres, 1951.

PERES, Marcos. **Velhice, Andragogia e a Educação para além do capital.** In: *Revista Linhas,* Florianópolis, v. 8, n. 1, jan. / jun. 2007.

DEBERT, Guita. **A invenção da terceira idade e a articulação de formas de consumo e demandas políticas.** In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 12, n. 34, jun./1997, p. 39-56.